

Ministério da Economia
Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO)

PLOA 2023

Relatório de Monitoramento do Plano Plurianual (PPA)
Relatório de Avaliação de Políticas Públicas (Lei nº 13.971/19)

Brasília-DF, 29 de novembro de 2022

PLOA 2023: SUMÁRIO EXECUTIVO

- Trajetória de consolidação fiscal:
 - **estimativa de déficit primário de R\$ 63,7 bi** (meta LDO = déficit de R\$ 65,9 bi).
- O PLOA 2023 engloba:
 - Previsão de **R\$ 80,2 bi adicionais de incentivos tributários e outras desonerações**:
 - i) prorrogação de medidas para mitigar os efeitos dos choques dos combustíveis (R\$ 52,9 bi); e ii) demais desonerações (R\$ 27,2 bi).
 - Espaço de R\$ 14,2 bi para reajuste da remuneração dos servidores públicos (R\$ 11,6 bi do Executivo, incluído o FCDF).
 - Pagamento do Auxílio Brasil no valor médio de R\$ 405 (21,6 milhões de famílias).
 - Reserva para emendas de Relator Geral (RP 9) em atendimento ao **§ 5º do art. 13 LDO 2023**, no valor de R\$ 19,4 bi.

PARÂMETROS ECONÔMICOS

Parâmetros	2022		2023	
	LOA	Avaliação 3º Bimestre	LDO	PLOA
PIB real (%)	2,10	2,00	2,50	2,50
PIB Nominal (R\$ bilhões)	9.539,0	9.725,0	10.470,3	10.628,7
IPCA acum (%)	4,70	7,20	3,25	4,50
INPC acum (%) do ano anterior	4,25	7,41	3,25	4,86
IGP-DI acum (%)	5,42	11,51	4,42	4,55
Taxa Over - SELIC acum (%)	10,68	12,35	9,99	12,49
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	5,53	5,13	5,35	5,12
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	77,37	107,45	90,20	93,93
Valor do Salário Mínimo (R\$ 1,00)	1.211,0	1.212,0	1.294,0	1.302,0
Massa Salarial Nominal (%)	12,59	18,09	4,33	10,30

Fonte: SPE/SETO/ME.

Elaboração: SOF/SETO/ME.

ATUALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS ECONÔMICOS

- As estimativas de mercado para a inflação em 2022 recuaram para abaixo de 6%.

LDO: Art. 24. Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, **na aprovação da Lei Orçamentária de 2023** deverão ser observados os valores máximos de limites individualizados de despesas primárias constantes da mensagem que encaminhar o respectivo Projeto de Lei, sendo possível o ajuste dos referidos valores, **desde que respeitadas as projeções atualizadas do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**.

R\$ milhões

Discriminação	Av. 3º Bimestre 2022	PLOA 2023	Variação
Teto EC 95	1.680.993	1.800.279	119.286
PODER EXECUTIVO	1.608.277	1.722.413	114.136
DEMAIS PODERES	72.715,7	77.866,3	5.150,6
PODER JUDICIÁRIO	49.947	53.485	3.538
PODER LEGISLATIVO	14.510	15.538	1.028
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	7.626	8.166	540
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	632	677	45

Elaboração: SOF/SETO/ME.

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL

Discriminação	Av. 3º Bimestre 2022		LDO 2023		PLOA 2023	
	R\$ Bilhões	% PIB	R\$ Bilhões	% PIB	R\$ Bilhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	2.226,1	22,9	2.230,3	21,3	2.257,4	21,2
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	451,8	4,6	429,4	4,1	452,9	4,3
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.774,4	18,2	1.800,9	17,2	1.804,5	17,0
IV. DESPESAS	1.833,7	18,9	1.866,8	17,8	1.868,2	17,6
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	(59,4)	(0,6)	(65,9)	(0,6)	(63,7)	(0,6)
V.1. Resultado do Tesouro e do Banco Central	193,6	2,0	231,6	2,2	201,2	1,9
V.2. Resultado da Previdência Social	(252,9)	(2,6)	(297,5)	(2,8)	(264,9)	(2,5)
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	-	-	-	-	-	-
VII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (III - IV + VI)	(59,4)	(0,6)	(65,9)	(0,6)	(63,7)	(0,6)
VIII. META OFS	(170,5)	(1,8)	(65,9)	(0,6)	(65,9)	(0,6)
IX. META OFS COMPENSADA	(218,4)	(2,2)	(65,9)	(0,6)	(66,2)	(0,6)

Elaboração: SOF/SETO/ME.

RECEITA – INCENTIVOS/DESONERAÇÕES ADICIONAIS

Previsão de R\$ 80,2 bilhões adicionais em incentivos/desonerações (incluindo prorrogações).

Mitigação de Choques – Combustíveis

- Prorrogação da redução de PIS/Cofins e CIDE sobre a gasolina, etanol e GNV (- R\$ 34,3 bi)
- Prorrogação da desoneração de PIS/COFINS de combustível do setor produtivo - diesel, GLP, querosene de aviação, etc (- R\$ 18,6 bi)

Medidas de Caráter Geral

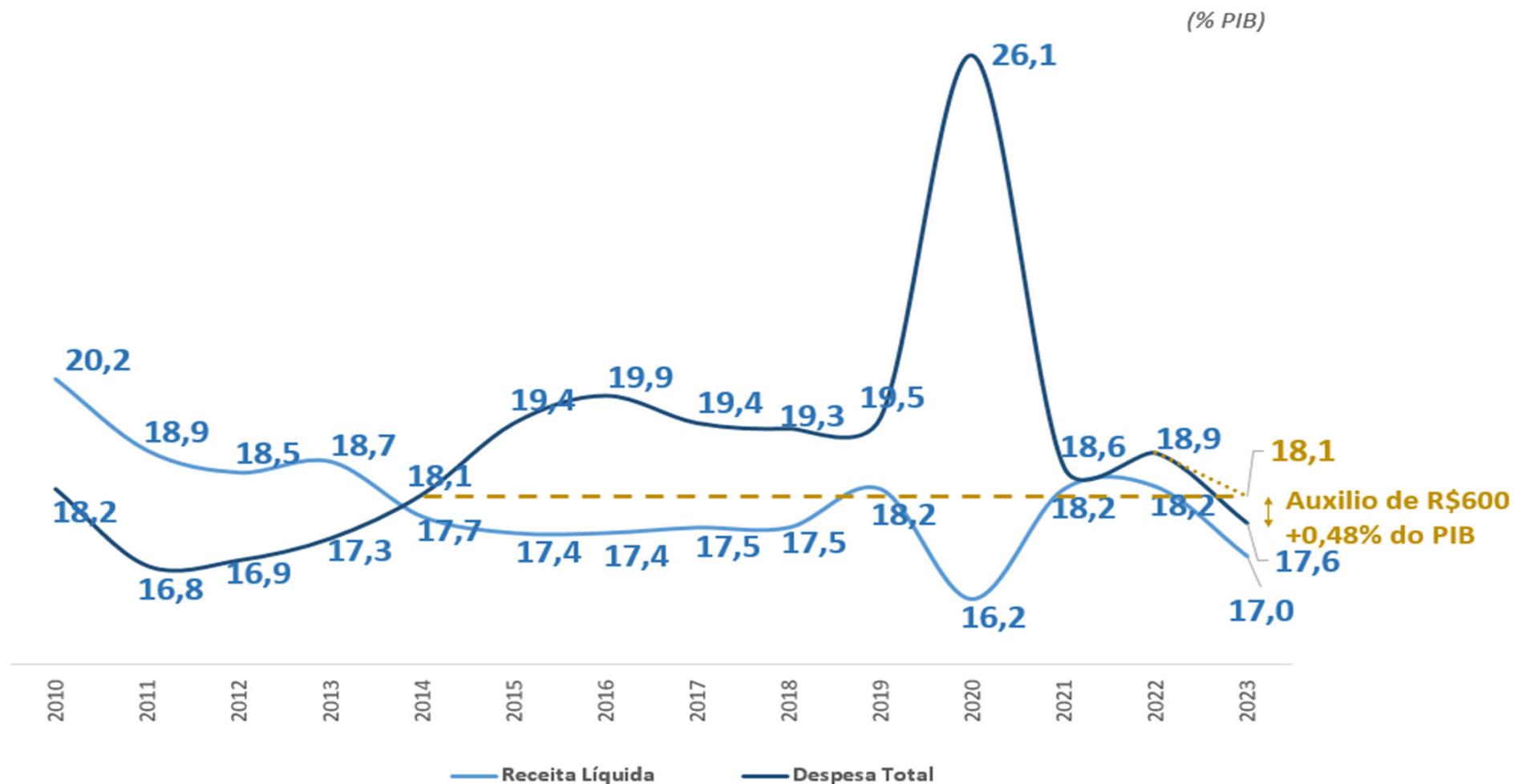
- Redução da alíquota do PIS/Cofins sobre Receita Financeira (- R\$ 5,8 bi)
- Prorrogação da Tributação em Bases Universais - TBU com diferimento (- R\$ 4,2 bi)

Medidas de Caráter Setorial/Específico

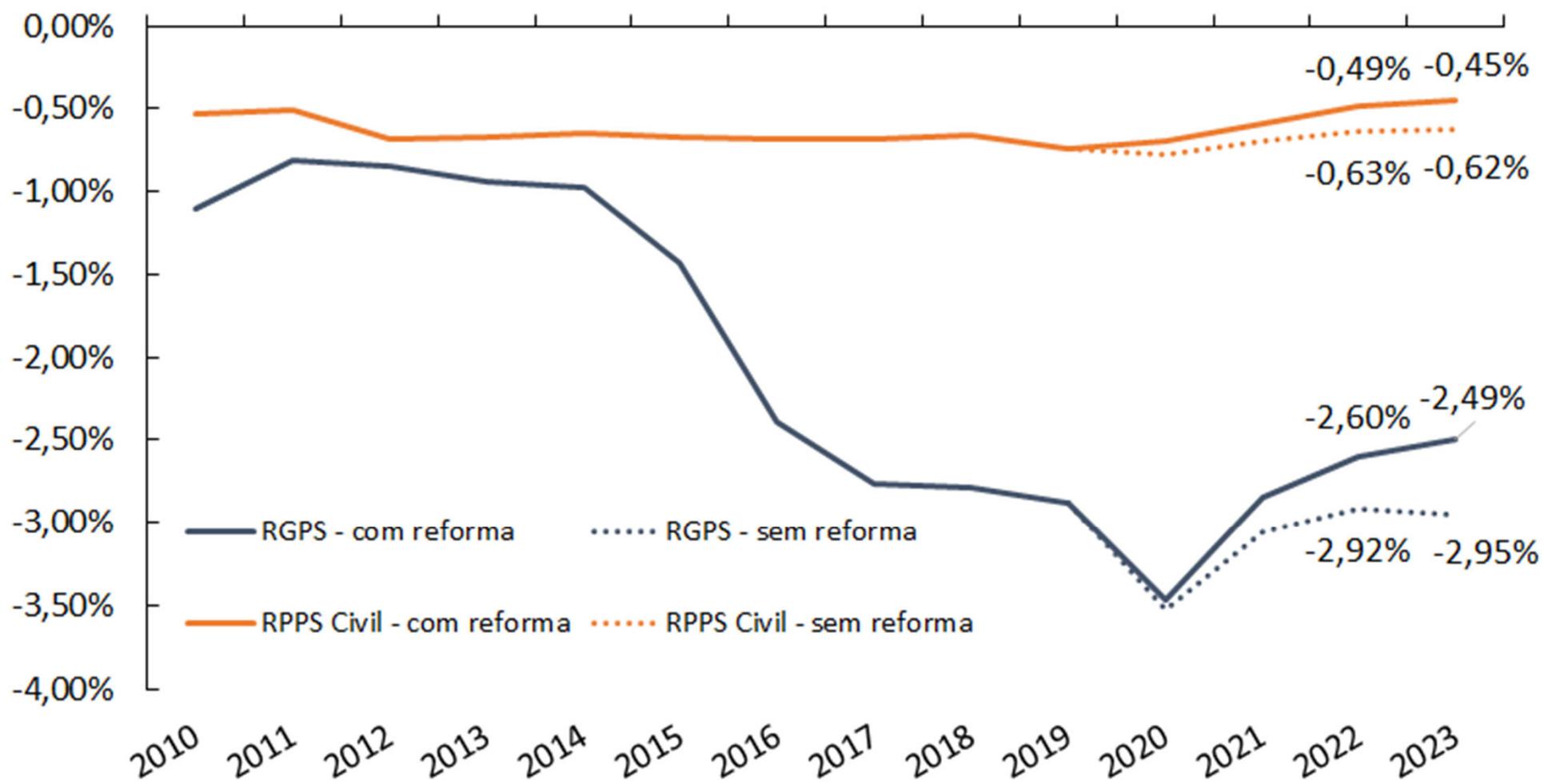
- Redução das alíquotas do AFRMM (- R\$ 2,4 bi)
- Novo Decreto IPI Setor Automotivo – ZFM (- R\$ 1,7 bi)
- Redução alíquota Cide Remessa Exterior (- R\$ 1,5 bi)
- ZPE (- R\$ 1,4 bi)
- IR não residente - PL 4.188/2021 (- R\$ 1,3 bi)
- Extinção da Condecine (- R\$ 1,2 bi)
- Ampliação do Drawback para serviços específicos (- R\$ 1,1 bi)
- IRRF Agências de Turismo (- R\$ 1,1 bi)
- Prorrogação Lei de Incentivo ao Esporte (-R\$ 1,0 bi)
- Outras (-R\$ 4,5 bi)*

* **Outras:** Crédito Presumido Medicamentos, Ampliação do Perse, Novo PADIS Semicondutores, PIS/Cofins das Cias Aéreas, importação de bens automotivos do Paraguai, PIS/COFINS - crédito presumido trigo, Vetos rejeitados Favorecicle e Prorecycle, Fust, Inmetro, Contribuição Previdenciária – Trabalho temporário e avulso no âmbito rural).

EVOLUÇÃO RECEITA E DESPESA E PRIMÁRIA – CENÁRIO PAB R\$ 600 (% DO PIB)

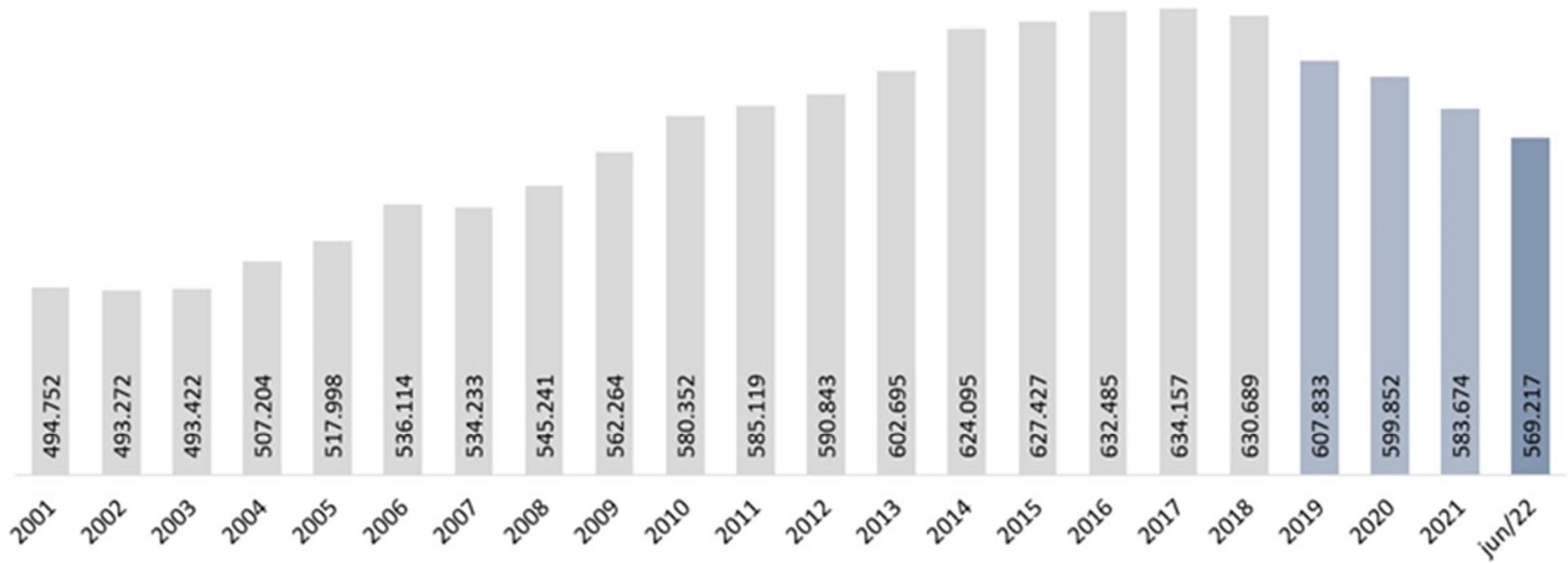


Previdência: Déficit Realizado e Projetado x Cenário alternativo (% PIB)



Elaboração: STN/SETO/ME

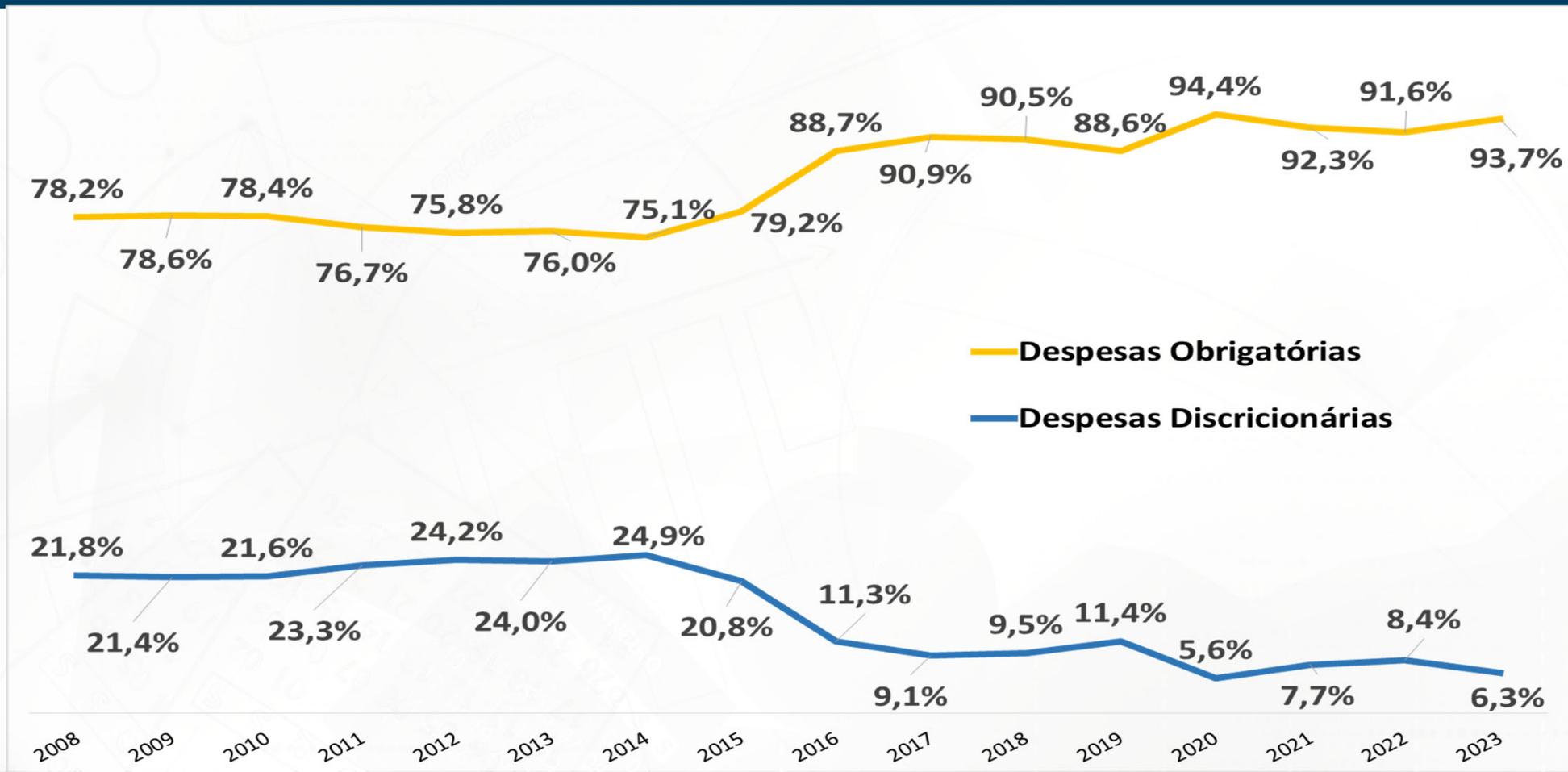
Pessoal: Evolução do número de Servidores do Poder Executivo

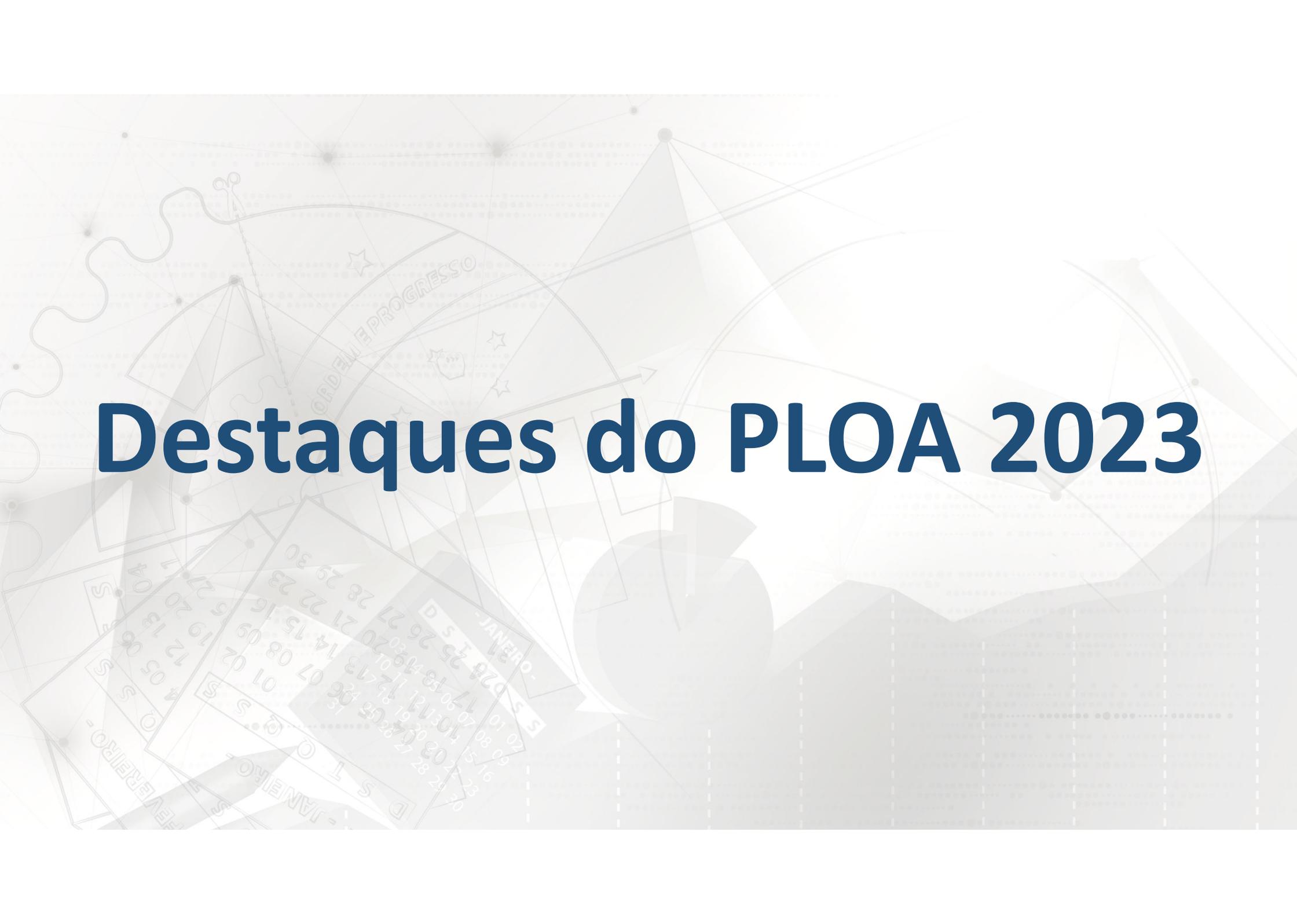


Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Elaboração STN/ME.

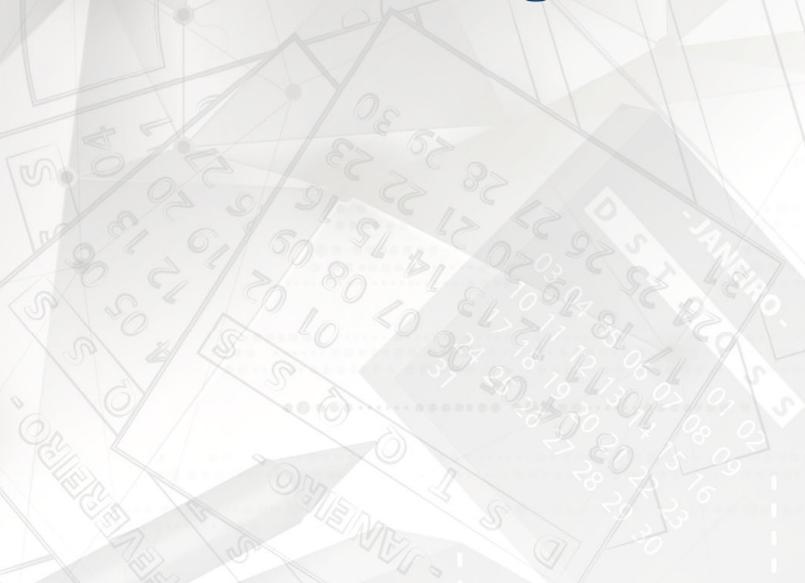
* Não inclui servidores do Banco Central e das carreiras de inteligência da ABIN.

Evolução das Despesas Primárias: Obrigatórias x Discricionárias





Destques do PLOA 2023



FEVEREIRO -	JANEIRO -
01 02	01 02
07 08 09	07 08 09
12 13 14	12 13 14
19 20 21	19 20 21
26 27 28	26 27 28
03 04 05 06	03 04 05 06
10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30	10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30

Reservas para emendas parlamentares, em atendimento à LDO 2023

A LDO 2023 inova ao exigir do Poder Executivo a constituição de reserva para emendas de Relator Geral¹, no mesmo valor das emendas individuais e de bancada estadual.

Reserva para emendas parlamentares – em atendimento à LDO	R\$ Milhões		
	PLOA 2022	LOA 2022	PLOA 2023
Emendas Individuais	10.477,7	10.930,5	11.704,7
Emendas de Bancada	5.747,5	5.866,9	7.691,9
Subtotal	16.225,3	16.797,4	19.396,6
Emendas de Comissão		2.402,7	
Emendas de Relator-Geral		16.500,0	19.396,6
Subtotal		18.902,7	19.396,6
Total	16.225,3	35.700,1	38.793,2

¹Identificação por meio do localizador de gasto / subtítulo “6489 - Recursos para atender o inciso III do § 5º do art. 13 da Lei nº 14.436 de 2022, LDO-2023.”

+ 3,1 bilhões em relação à LOA 2022
+ 22,5 bilhões em relação ao PLOA 2022

Reservas para emendas de Relator Geral, em atendimento à LDO 2023

em R\$ milhões

Órgão		Discricionárias – PLOA 2022	Discricionárias – PLOA 2023 ²	Reservas de RP 9 - PLOA 2023
36.000	Saúde ¹	17.013,0	20.257,0	10.420,4
53.000	Desenvolvimento Regional	4.255,8	3.704,5	1.500,0
55.000	Cidadania	2.561,1	4.758,7	1.380,0
26.000	Educação	21.255,8	20.621,1	1.088,1
54.000	Turismo	630,9	1.171,3	700,2
39.000	Infraestrutura	6.507,9	6.770,8	524,6
41.000	Comunicações	1.389,9	1.261,5	200,0
22.000	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.130,3	2.561,0	83,4
-	Outros	42.874,90	37.875,20	
Subtotal		98.619,6	98.981,1	15.896,70
			Reserva para reajuste de pessoal para RP 9	3.500,0
			Total Reserva RP 9	19.396,6

¹Exclui reservas de RP 6 e 7

² Inclui reserva de RP 9

APLICAÇÃO MÍNIMA EM SAÚDE NO PLOA 2023

No PLOA-2023, a Saúde obteve acréscimo total de R\$ 15,4 bilhões em relação ao PLOA 2022 respeitando o mínimo de aplicação em serviços públicos em saúde.

Item	2021 Empenhado	2022 PLOA	2023 PLOA
Total ASPS Mínimo	132.742,3	134.479,6	149.918,7
Exceto ASPS	13.090,1	12.979,8	12.946,2
TOTAL	145.832,4	147.459,5	162.864,9

+ 15.405,4

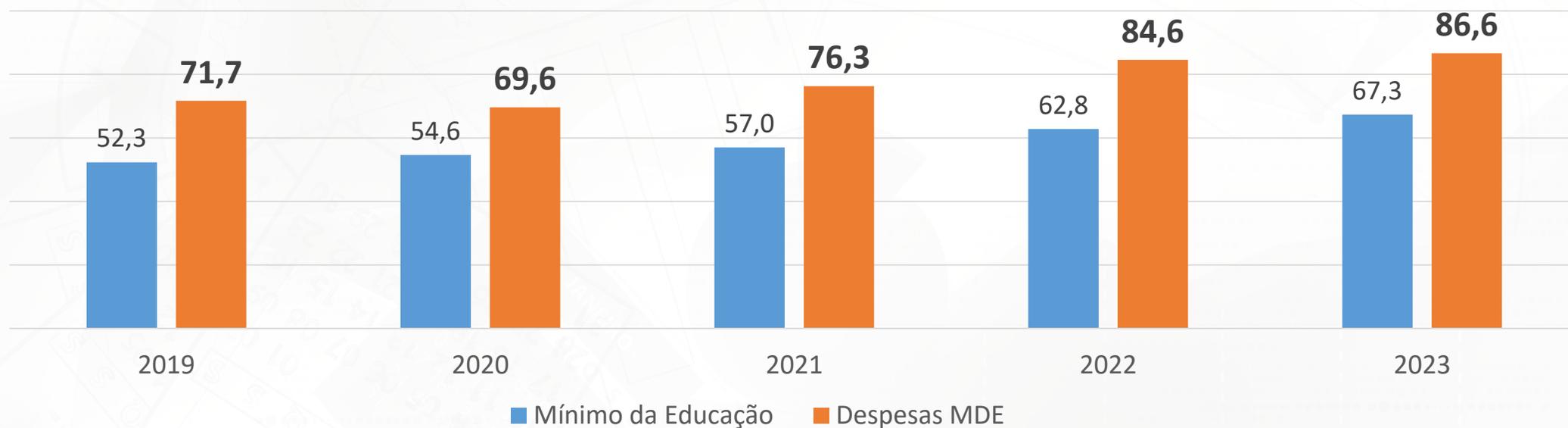
Ano	Mínimo	Correção Teto
2021	127.033,2	
2022*	139.812,8	10,06%
2023	149.879,3	7,20%

*Após o envio do PLOA 2022, o mínimo da Saúde foi recalculado por conta das ECs 113 e 114.

APLICAÇÃO MÍNIMA EM EDUCAÇÃO NO PLOA 2023

Para o PLOA-2023, está previsto um montante de R\$ 86,6 bilhões para despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, esse valor supera em **R\$ 19,3 bilhões** o valor Mínimo Constitucional que deve ser aplicado em educação em 2023, e em **R\$ 6,0 bilhões** o valor alocado no PLOA 2022.

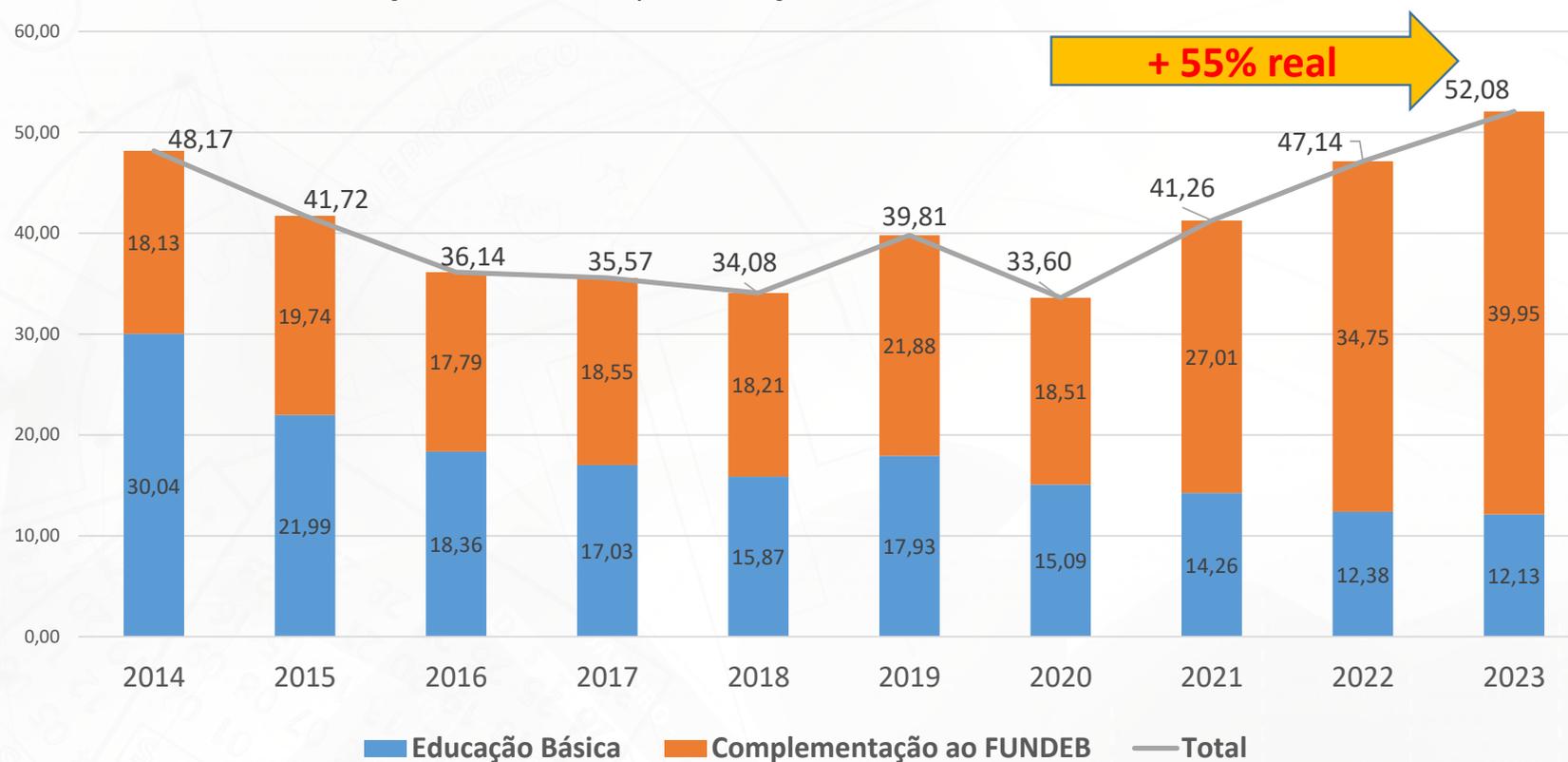
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino para Cumprimento do Mínimo (R\$ bilhões)



Valores Executados de 2019 a 2021; Dotação autorizada em 2022; PLOA em 2023;

GASTOS COM EDUCAÇÃO BÁSICA

Educação Básica e Complementação ao FUNDEB - 2014-2023 (R\$ bilhões)



Obs 1: Valores empenhados a preços constantes, exclusive gastos extraordinários, por se tratarem de gastos atípicos.

Obs 2: Educação Básica estendida considera as Subfunções: Educação Básica + Educação Infantil + Alimentação e Nutrição + Transferências para a Educação Básica

Obs 3: Ao PLOA 2023 foram somados os valores originalmente destinados à Educação Básica, mas que foram alocados na ação 0Z05 para constituição da reserva de RP9 (Emendas de Relator).

PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL (LEI Nº 14.284/2021) – PLOA 2023

- **Orçamento 2023**: R\$ 105,7 bilhões;
- **Meta de atendimento**: 21.649.513 de famílias.
- **Valor médio do Benefício**: R\$ 405,21
- O núcleo básico do programa é composto por **três benefícios** que visam promover o desenvolvimento infantil e juvenil por intermédio de transferência de renda com condicionalidades:
 - ✓ **Benefício Primeira Infância**: pago a famílias com crianças entre 0 e 36 meses incompletos;
 - ✓ **Benefício Composição Familiar**: direcionado às famílias que tenham gestantes e pessoas de 3 a 21 anos incompletos em sua composição;
 - ✓ **Benefício de Superação da Extrema Pobreza**: concedido às famílias que não tenham superado a faixa de extrema pobreza após o pagamento dos dois benefícios anteriores.

+ R\$ 16,7 bilhões em relação a 2022

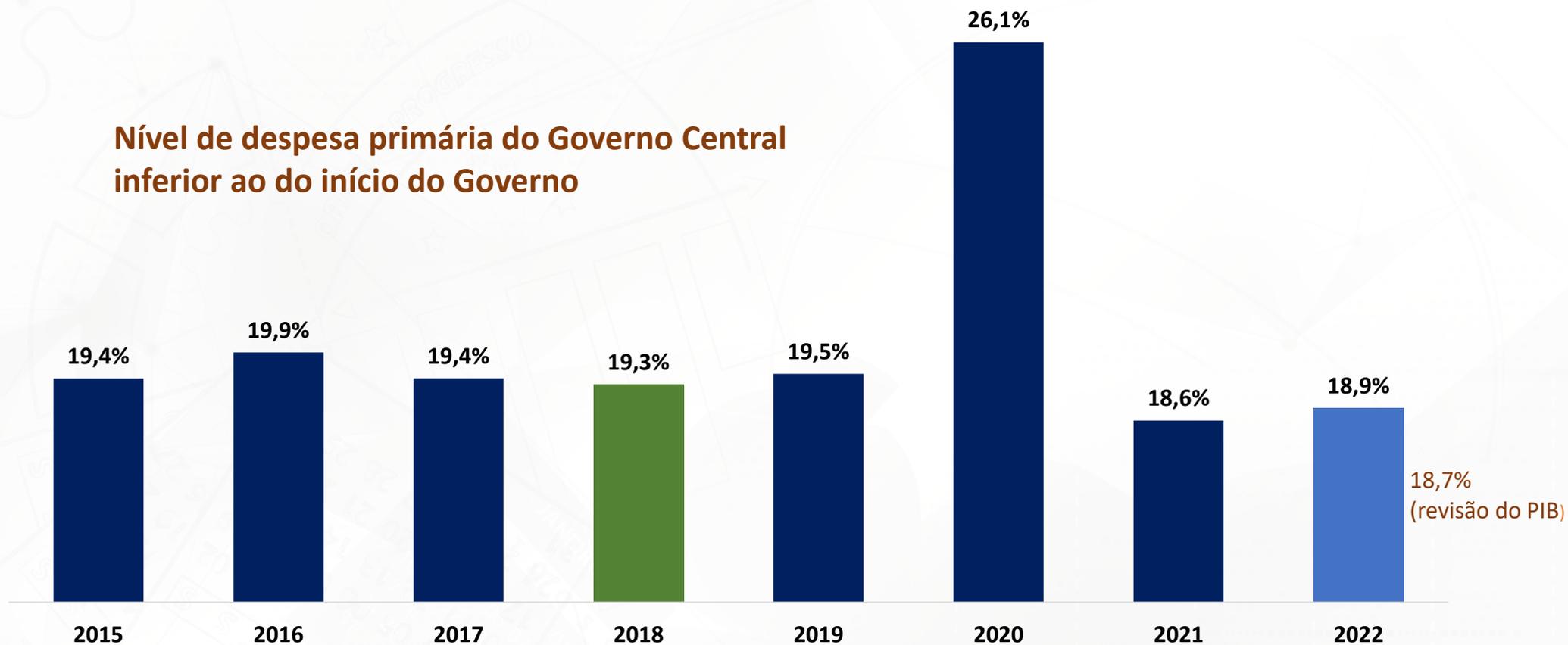
CONSIDERAÇÕES FINAIS

- **2022:**
 - Redução da despesa primária, em termos do PIB, ante 2018.
 - 1º superávit primário desde 2013.
 - Forte queda da dívida bruta.



Despesa Primária do Governo Central (% do PIB)

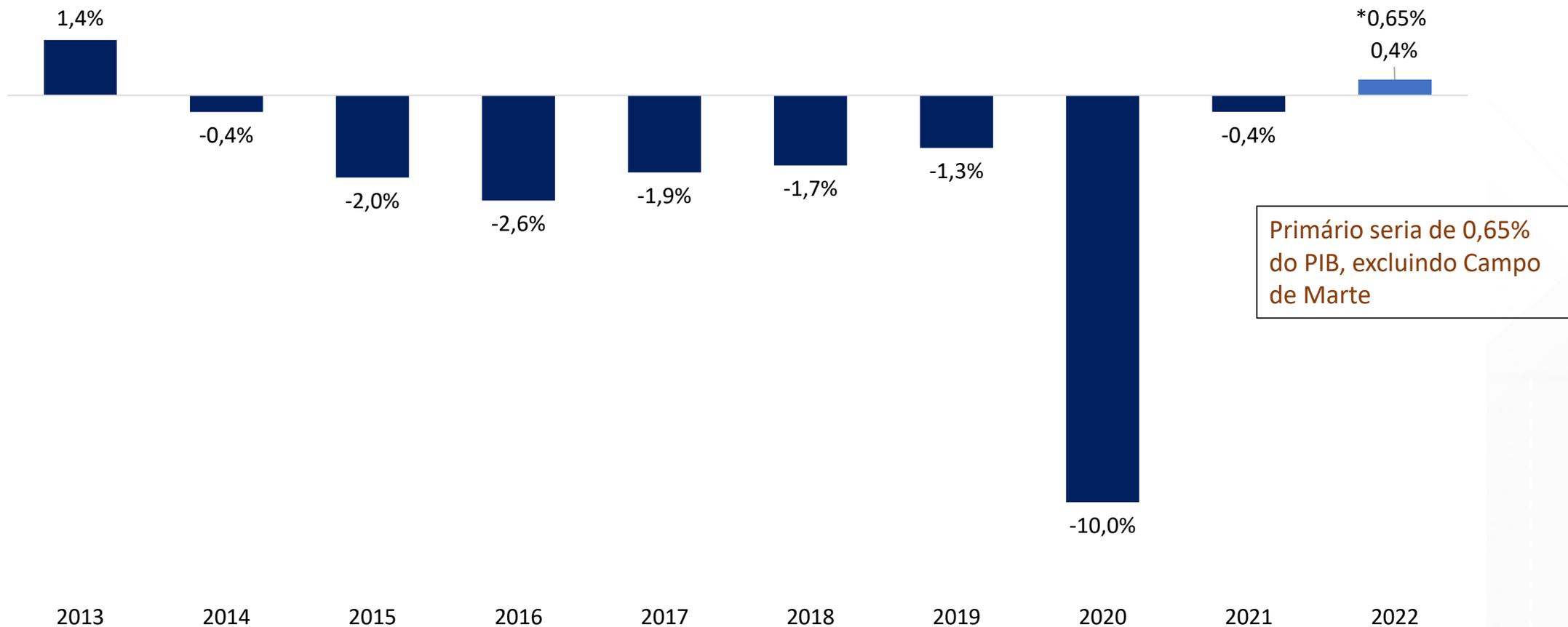
Nível de despesa primária do Governo Central inferior ao do início do Governo



Fonte: Realizado: STN. 2022: 5º Relatório Bimestral (nov/22).

* Inclui a redução de R\$ 15,3 bi, relativa ao bloqueio previsto no 5º Relatório Bimestral.

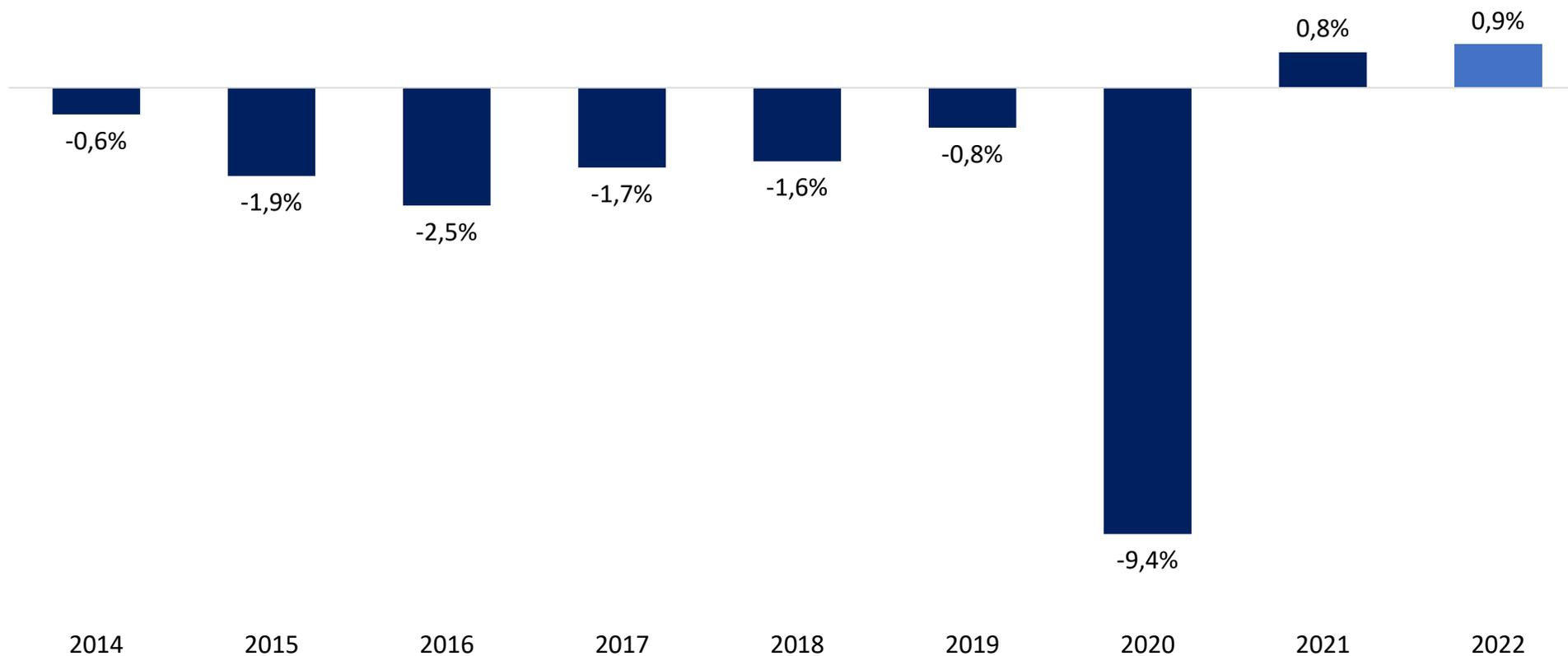
Resultado Primário do Governo Central (% do PIB)



Fonte: Realizado: STN. 2022: 5º Relatório Bimestral (nov/22).

* Inclui a redução de R\$ 15,3 bi, relativa ao bloqueio previsto no 5º Relatório Bimestral.

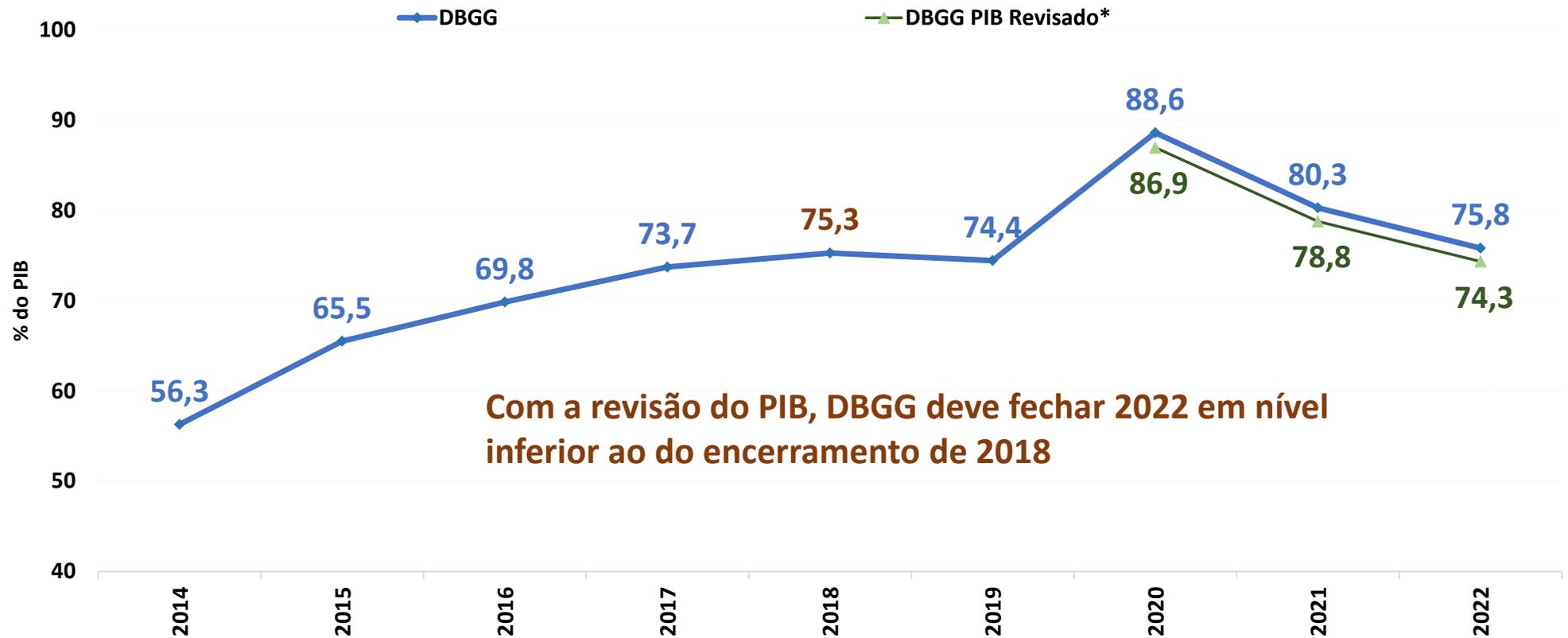
Resultado Primário do Setor Público (% do PIB)



Fonte: Realizado: STN. 2022: 5º Relatório Bimestral (nov/22).

* Inclui a redução de R\$ 15,3 bi, relativa ao bloqueio previsto no 5º Relatório Bimestral.

Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)



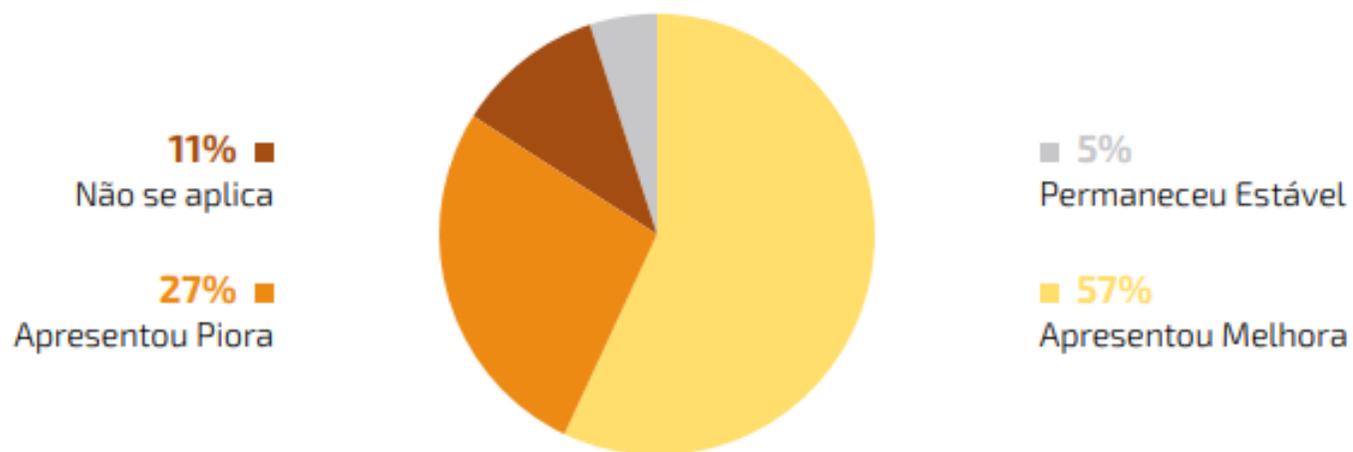
Fonte: *Estimativas preliminares para a dívida/PIB de 2020 a 2022, a partir da revisão do PIB de 2020 pelo IBGE. Assume-se, por hipótese, a manutenção da variação nominal do PIB nos anos seguintes.

Relatório de Monitoramento do PPA 2020-2023 – ano base 2021

- ✓ **Plano Plurianual (PPA).** Estabelece as **Diretrizes, Objetivos e Metas** para as despesas da Administração Pública (art. 165, §1º, da Constituição de 1988). Vigência de 4 anos
- ✓ **Base Legal do Monitoramento:** Art. 15 da Lei 13.971/2019 (Lei do PPA 2020 – 2023)
- ✓ **O que é monitorado no PPA?** Praticamente todas as principais ações do Governo. 70 Programas, 70 objetivos, 70 metas, 30 investimentos prioritários e 325 resultados intermediários (metas gerenciais)
- ✓ **Objetivos do monitoramento:**
 - identificar restrições e propor soluções para o alcance dos objetivos e metas do Governo
 - aprimorar políticas públicas
 - promover a transparência, apresentando os resultados das ações governamentais
 - Retroalimentar PPA, LDO e LOA

Relatório de Monitoramento do PPA 2020-2023 - ano base 2021

Desempenho dos Indicadores PPA em 2021



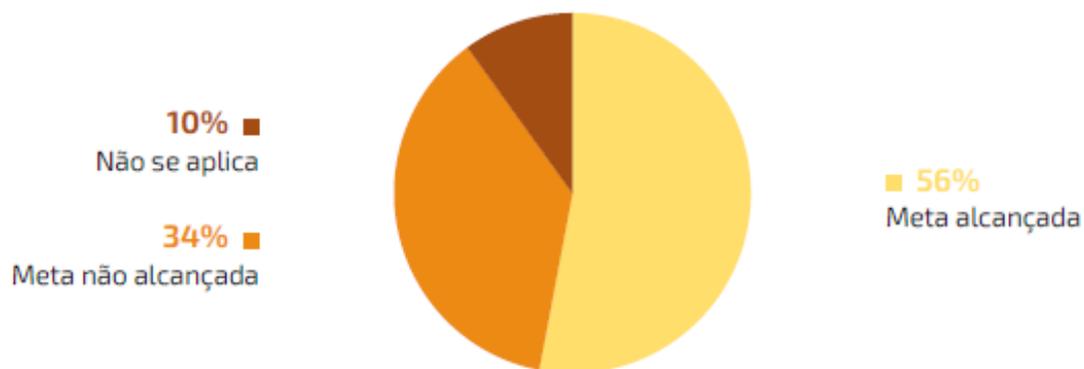
Fonte: SIOP



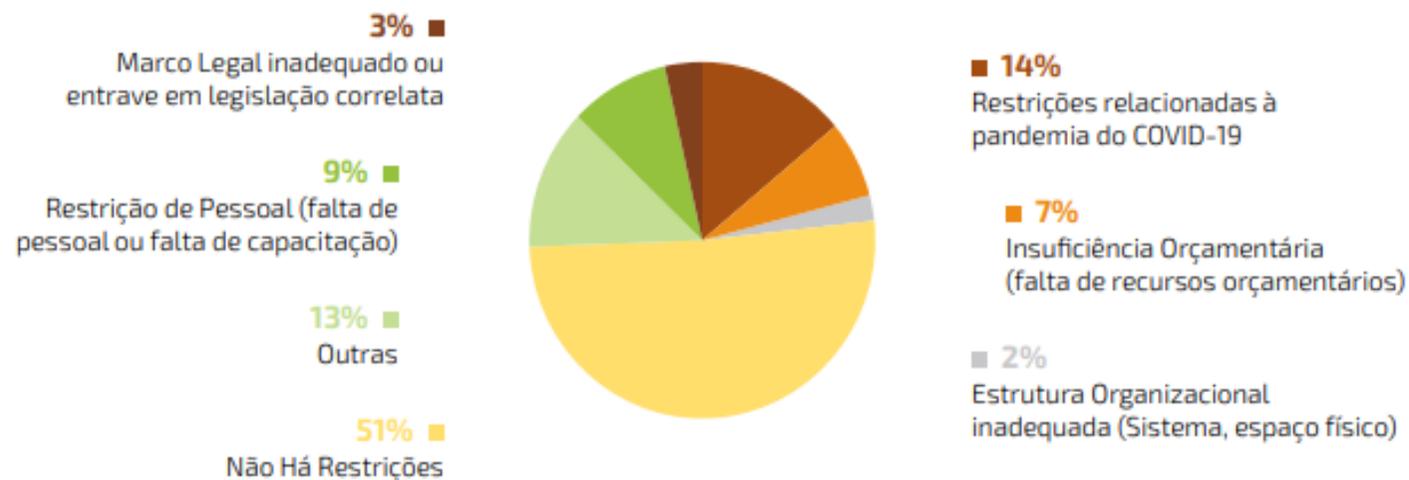
O Relatório de Monitoramento está disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>

Relatório de Monitoramento do PPA 2020-2023 – ano base 2021

Desempenho das Metas do PPA em 2021



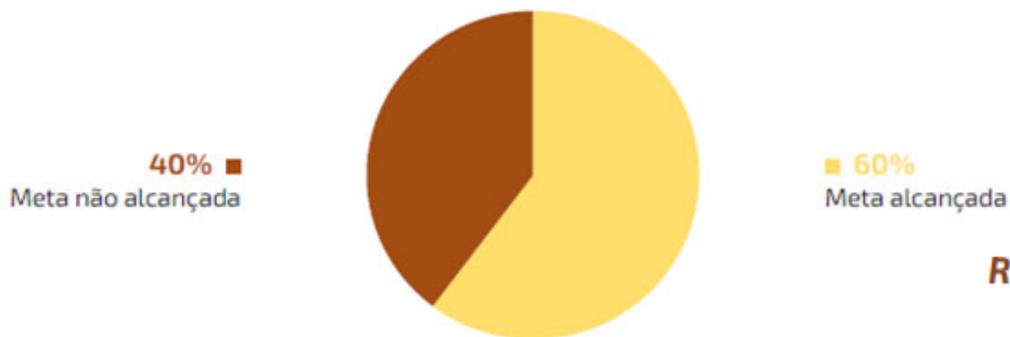
Restrições para o alcance da Meta - 2021



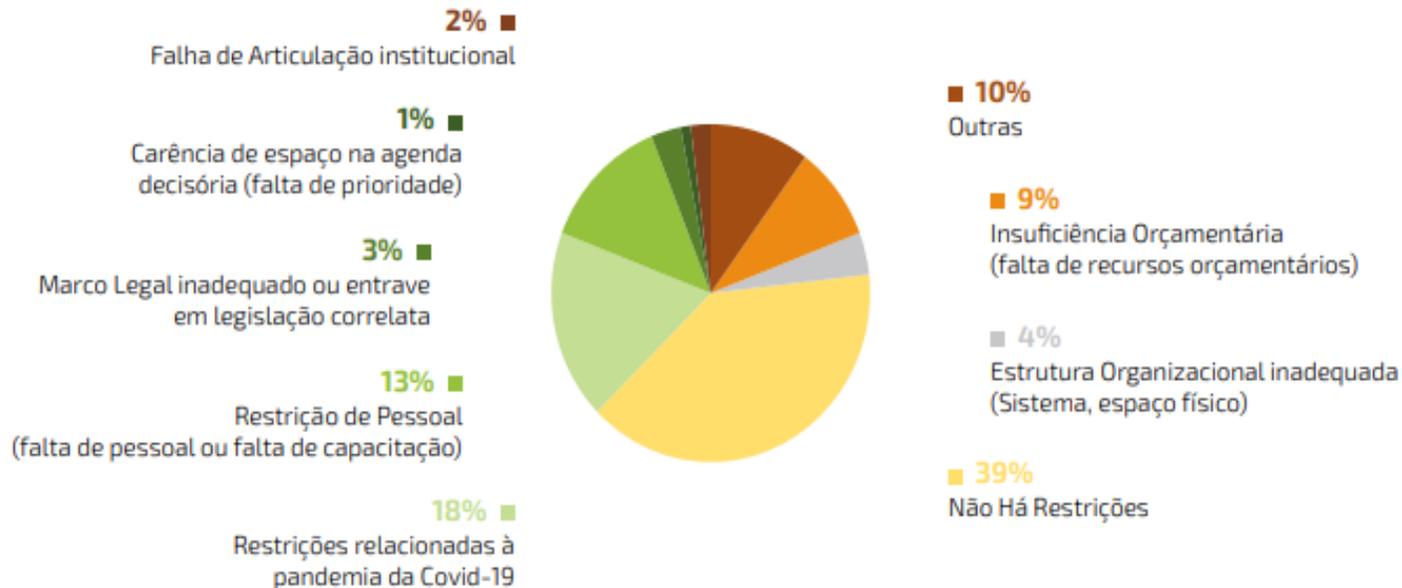
Fonte: SIOP

Relatório de Monitoramento do PPA 2020-2023 – ano base 2021

Desempenho dos Resultados Intermediários do PPA em 2021



Restrições para o alcance da meta dos Resultados Intermediários - 2021



Resultados Intermediários (metas da camada gerencial do PPA): são resultados ou produtos da ação governamental que contribuem para o alcance do objetivo ou meta do programa.

Fonte: SIOP

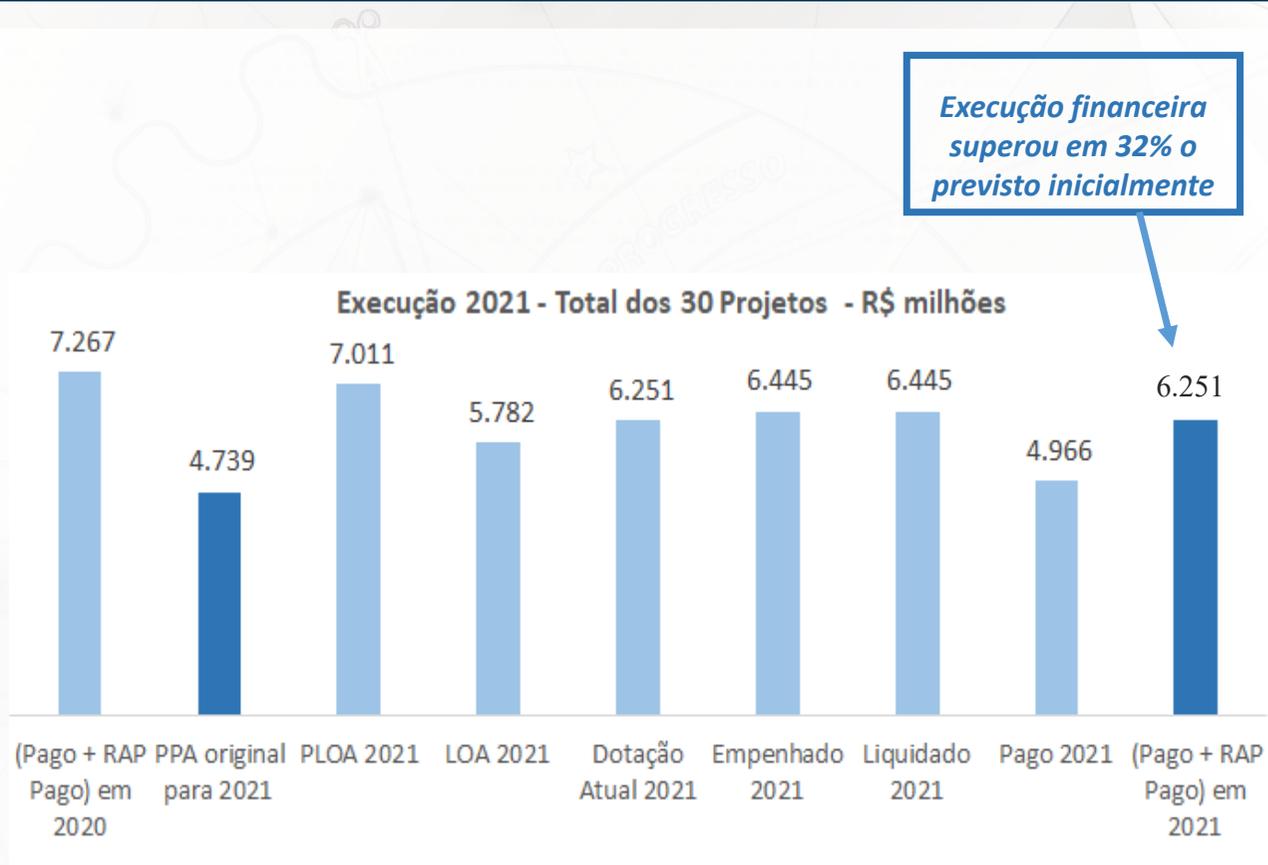
Exemplos de resultados do monitoramento do PPA em 2021

Exemplos de resultados e entregas constantes do monitoramento do PPA em 2021		
Meta / Resultado Intermediário	meta	realizado
Unidades Habitacionais entregues (2020 + 2021)	650 mil	829 mil
Vacinação contra a Covid – doses distribuídas pelo Ministério da Saúde	316,2 milhões	400,8 milhões
Taxa Bruta de Matrícula na Graduação	37,90%	40,70%
População de 0 a 3 anos que frequenta creche	37,20%	37,00%
Beneficiários de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	53,3 mil	49,6 mil
Startups atendidas no programa de aceleração de startups (nº)	600	609
Empreendimentos de abastecimento de água concluídos (2020 + 2021)	65	90
Empreendimentos de Esgotamento Sanitário concluídos (2020 + 2021)	92	112
Construção ou adequação de rodovias (KM)	348	413
Cargueiros Táticos KC-390 entregues à FAB até 2021	5	4
Fonte: Siop.		

Fonte: SIOP

- ✓ Os Resultados de todas as 70 metas e 325 Resultados Intermediários do PPA constam do Relatório de Monitoramento do PPA – ano base 2021

Execução Financeira dos Investimentos Plurianuais Prioritários



30 investimentos prioritários do PPA 2020-2023 (Lei 13.971/2019, Anexo III, seção I):

- ✓ Laboratório Sirius – Luz Síncrotron
- ✓ Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF)
- ✓ Projeto Norte e Nordeste Conectados
- ✓ Centro de Processamento Final de Imunobiológicos (Fiocruz)
- ✓ Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTS (Fiocruz)
- ✓ 10 Rodovias BRs
- ✓ Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)
- ✓ Submarinos Convencionais e Nuclear
- ✓ Cargueiro tático KC-390
- ✓ Aeronaves caças FX
- ✓ outros

Nota: o valor empenhado supera a dotação atual devido a ajustes contábeis decorrentes de variação cambial em projetos da Defesa.

Fonte: Siop.

Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas

bit.ly/DEAP-SETO



CMAP e a Avaliação de Políticas no Executivo



Secretário-Executivo da **Casa Civil/PR**

Secretário-Executivo da **Economia**, que o coordena

Secretário-Executivo da **CGU**

Comitê de Avaliação de Subsídios
CMAS

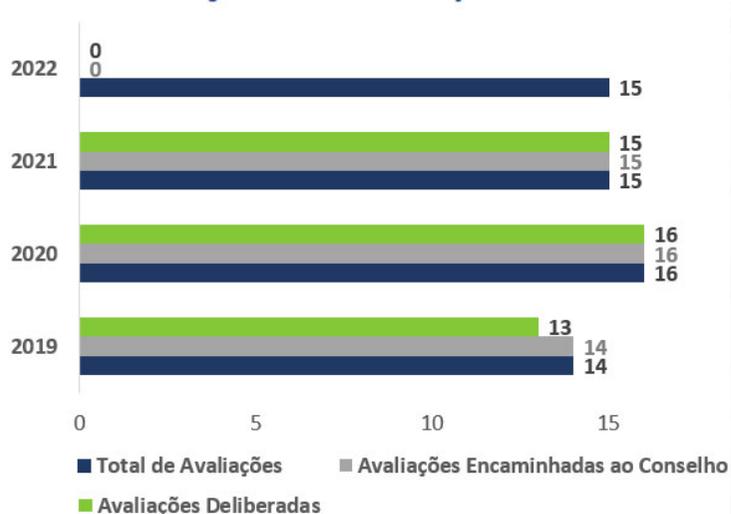
Comitê de Avaliação de Gasto Direto
CMAG

ME = SETO (que coordena), STN, SPE, RFB
CC-PR = SERG e Subchefia adjunta Finanças Públicas
CGU = Secretaria Federal de Controle Interno

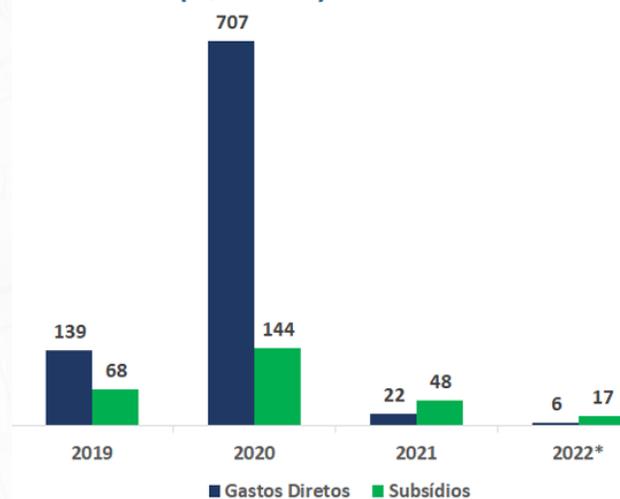
ME = SETO (que coordena), STN, SPE, SOF
CC-PR = SERG e Subchefia adjunta Finanças Públicas
CGU = Secretaria Federal de Controle Interno

Balanço dos 3 anos CMAP

Avaliações do CMAP por ciclo



Orçamento das políticas avaliadas pelo CMAP (R\$ bilhões) – valores nominais



Número de questões e recomendações e órgãos destinatários



60 Avaliações
(45 Realizadas e encaminhadas ao Conselho)

Acima de **R\$ 1 Trilhão**
do orçamento avaliado

147 Recomendações
emitidas

Avaliações do Ciclo 2021 (R\$ 70 Bilhões)

Subsídios	Montante (R\$ milhões)	Gastos Diretos	Montante (R\$ milhões)
Desoneração PIS/COFINS sobre produtos da Cesta Básica	17.563	Aquisição de imunobiológicos, insumos e medicamentos para tratamento dos portadores de HIV/AIDS, IST e hepatites virais	7.208
Política de Subsídios Tributários a Medicamentos	9.855	Rede Federal de Universidades (RUF)	5.502
Parcela isenta do IRPF para rendimentos provenientes da aposentadoria ou pensão de declarantes com 65 anos	9.505	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União (Manutenção de Rodovias)	3.910
Microempreendedor Individual (MEI)	3.150	Aprimoramento da Segurança Pública Nacional	1.290
Dedução de Despesas com Educação no IRPF	4.036	Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas para o SUS (Pró-residência Médica)	1.581
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	608	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCCT)	2.248
Empréstimo da União ao BNDES	1.556	Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)	487
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	1.395		

CMAP – Monitoramento das Recomendações

1 – Envio dos Relatórios de Recomendações aos respectivos Comitês para aprovação e classificação das recomendações em prioritárias e complementares

2 - CMAP delibera a respeito das recomendações aprovadas nos Comitês

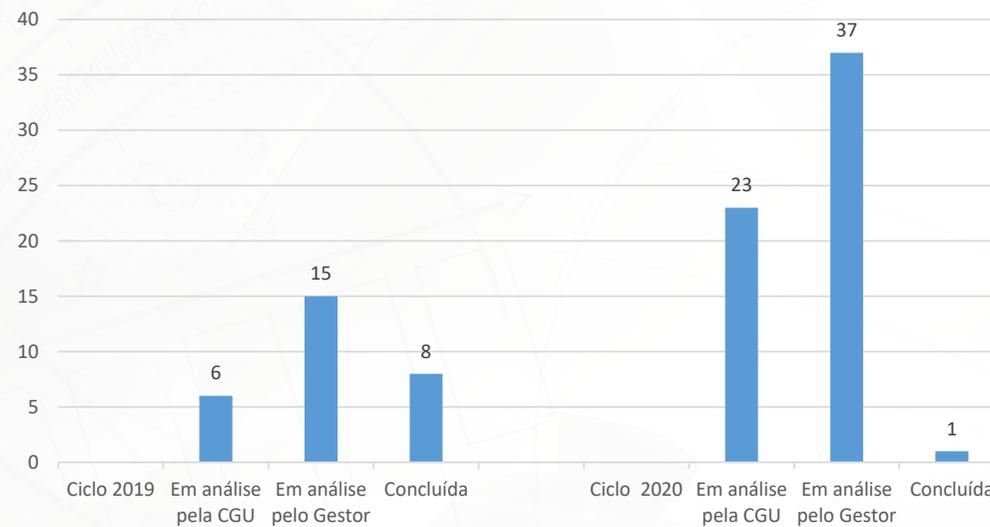
3 - Relatórios de recomendações são enviados aos **Gestores** da Políticas Públicas avaliadas

4 - Gestores elaboram e enviam o **Plano de Ação** ao Comitê (CMAS ou CMAS)

5 - CGU inicia o **monitoramento** das recomendações prioritárias

Balanço do Monitoramento

Monitoramento das recomendações
Ciclo 2019 e Ciclo 2020



Ciclo 2019 – 14 Avaliações

- Planos de ação entregues, com exceção do Relatório Sobreposição de Políticas do Min. Cidadania, sem emissão de recomendação, e do Relatório Zona Franca de Manaus, sem deliberação do Relatório de Recomendações pelo CMAP.
- Conclusão de 8 das 29 tarefas de recomendação cadastradas.

Ciclo 2020 – 16 Avaliações

- Planos de ação entregues, com exceção do Relatório Leasing de Aeronaves, sem emissão de recomendação.
- Conclusão de 1 das 61 tarefas de recomendação cadastradas.

Recomendações concluídas

Judicialização de Benefícios Administrados pelo INSS (previdenciários e assistenciais) - Ciclo 2019

- Recomendação para que o Gestor elabore um plano de transição do custeio (passando do Poder Executivo federal ao respectivo Tribunal) da perícia médica em processo judicial.
- Gestor comprovou ter realizado interlocuções com o Poder Judiciário, o qual indicou que sua proposta orçamentária contemplaria recursos suficientes para a absorção da despesa relacionada às perícias médicas.

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil - Ciclo 2019

- Recomendação de criação de um sistema unificado de acesso ao ensino superior, contemplando todas as políticas públicas de acesso e suas respectivas regras.
- Criação do portal único de acesso ao ensino superior (<https://accessunico.mec.gov.br/>)

Política de Defesa Agropecuária – Inspeção animal em estabelecimento de abates - Ciclo 2019

- Recomendações com a finalidade de assegurar a sustentabilidade e a efetividade da atividade de inspeção e auditoria em estabelecimentos de abate de animais realizada pelo MAPA.
- O MAPA elaborou dois normativos e um Projeto de Lei para tratar do assunto.

Programa Minha Casa, Minha Vida - Ciclo 2020

- Recomenda-se ao MDR normatizar e implementar procedimento de acompanhamento dos imóveis no período posterior à entrega aos mutuários, de forma que os agentes financeiros e os municípios tenham uma atuação mais ativa neste acompanhamento.
- Gestor comprovou a implantação de uma fiscalização e acompanhamento mais ativos da destinação dos imóveis no período pós entrega.

Recomendações com previsão de alteração legislativa

Simples Nacional – Ciclo 2019

Recomenda-se ao Ministério da Economia que estabeleça, junto aos atores envolvidos, fluxos e responsabilidades para encaminhamento de estudos, avaliações e proposições relacionadas ao Simples Nacional para o Congresso Nacional, em especial no que se refere às regras de implementação e aos requisitos de entrada e saída do regime.

Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente – Ciclo 2020

Recomenda-se à Secretaria Especial da Receita Federal do Ministério da Economia para: acompanhar a tramitação do PL 2337/21, que contempla a reforma tributária, visando as possibilidades de reavaliação da política, à luz dos achados.

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida – Ciclo 2020

Recomenda-se ao MDR propor a revisão nos normativos do FAR (legal e/ou infralegal), contemplando, ao menos: 1. A descrição completa dos papéis dos envolvidos, com as atribuições, as obrigações (prazos quando aplicáveis) e as sanções em caso de descumprimento do estabelecido; 2. Os procedimentos detalhados para os aportes adicionais e suplementações, considerando melhorias no processo de previsão orçamentária, atualizações, limites e alternativas; 3. O estabelecimento de instância colegiada e de procedimento formalizado para discussão e resolução conjunta de conflitos/problemas; 4. A definição de procedimentos de controle e a padronização de informações que serão alimentadas nos sistemas, com a criação de bloqueios automáticos que não permitam salvar dados sem que os campos obrigatórios estejam preenchidos, formatação única para cada um dos campos, e preenchimento automático, quando possível.



Obrigado